

**RCD no HABEAS CORPUS Nº 563.703 - SP (2020/0047260-6)**

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**REQUERENTE** : EVERALDO CANDIDO DE OLIVEIRA (PRESO)  
**ADVOGADO** : LUIS RICARDO VASQUES DAVANZO - SP117043  
**REQUERIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**REQUERIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Às fls. 93/97, assim decidi:

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Everaldo Cândido de Oliveira**, apontando-se como órgão coator o Tribunal de Justiça de São Paulo que indeferiu liminarmente o HC n. 2011457-97.2020.8.26.0000, nos termos da seguinte ementa (fl. 44):

PENAL. "HABEAS CORPUS". ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA, ARTIGO 12, *CAPUT*, DA LEI 6368/76 E ARTIGO 16 DA LEI 10.826/03. SENTENÇA CONDENATÓRIA.

Impetração que busca a progressão ao regime aberto. Descabimento. Alegação de que o paciente cumpriu os requisitos legais para progressão ao regime aberto. Pedido feito diretamente neste Tribunal. Via inadequada. Pedido que deve ser dirigido ao Juiz das Execuções. Prisão efetuada para cumprimento de pena. Determinada expedição de guia definitiva pelo Juiz de origem. Inexistente constrangimento ilegal.

Ordem indeferida *in limine*.

Em síntese, estas são as alegações (fls. 4/8):

1) Por decisão transitada em julgado no 18/12/2017, o Paciente foi condenado à pena privativa de 05 (cinco) anos de reclusão no regime inicial fechado.

2) 03 (três) anos, 11 (onze) meses e 20 (vinte) dias desta pena, foram cumpridos entre os dias 31/08/2004 e 20/08/2008, enquanto o Paciente esteve preso provisoriamente. Inclusive, neste período, por preencher os requisitos objetivo e subjetivo, o Paciente foi progredido ao regime semiaberto em 15/08/2006 e já tinha lapso para ser agraciado com a progressão ao regime aberto e com o livramento condicional.

3) Tais pedidos chegaram a ser feitos ao Juiz da Execução na época, mas não foram apreciados em razão da decisão proferida no *Habeas Corpus* nº 099295/SP, que reconheceu o excesso de prazo diante da declaração de nulidade do processo desde o recebimento da denúncia por inobservância do rito procedimental previsto no artigo 38, parágrafo 3º, da Lei 10.409/2002, e determinou a soltura do Paciente.

4) Não obstante, no dia 24/01/2020, o Paciente foi novamente preso em regime fechado, mesmo quando, como já mencionado, durante a prisão provisória já havia sido progredido ao regime semiaberto e quando possui lapso para ser agraciado com a progressão ao regime aberto e com o livramento condicional.

5) Foi requerido a expedição da guia de execução definitiva em 1ª instância

nos autos do processo nº 0018794-41.2014.8.26.0564, bem como nos autos da revisão criminal em trâmite em 2ª instância nº 0017701-13.2019.8.26.0000, porém até a presente data o referido documento não foi confeccionado, não sendo possível direcionar o pedido de progressão ao regime aberto/livramento condicional a Vara das Execuções Criminais.

[...]

É verdade que cabe ao juiz da execução apreciar os pedidos de progressão ao regime aberto e livramento condicional. Contudo, no caso vertente, até a presente data, **não foi expedida a guia de execução definitiva, tampouco há previsão de quando ela será expedida**, de modo que o Impetrante e defensor do Paciente não tem como direcionar tais pedidos ao juiz competente, motivo pelo qual o presente remédio é o único meio para ter seu direito resguardado.

[...]

**III.a - Da ausência de justa causa para a prisão do Paciente no regime fechado:**

**12.a)** Havia sido progredido ao regime semiaberto durante o tempo de prisão provisória;e

[...]

**12.b)** Já possuía lapso para a concessão do regime aberto e do livramento condicional desde o ano de 2008, não tendo tal pedido sido deferido em razão da decisão que anulou o processo, portanto, há mais de 10 (dez) anos atrás, tendo os requisitos objetivos e subjetivos, sido comprovados naquela ocasião;

[...]

**13)** Além do mais, desde que foi solto por força da decisão proferida nos autos do *Habeas Corpus* nº 99.295/SP, também há mais de 10 (dez) anos atrás, não foi noticiado o envolvimento do Paciente em qualquer fato ilícito que justificasse a necessidade de regredi-lo ao regime fechado.

**14)** Desta forma, a prisão do Paciente em regime fechado quando o mesmo já havia sido progredido ao regime semiaberto e possui lapso para a concessão do regime aberto e do livramento condicional, caracteriza verdadeiro constrangimento ilegal, nos termos do artigo 648, inciso I, do Código de Processo Penal:

[...]

Requer, assim (fl. 9):

[...] a concessão da presente ordem de ***HABEAS CORPUS***, com pedido de **LIMINAR** a fim de que seja **expedido alvará de soltura** e a ordem definitiva em favor de ***EVERALDO CÂNDIDO DE OLIVEIRA***, **vez que já possuía lapso para a progressão ao regime aberto/livramento condicional quando da expedição do alvará de soltura em 20/08/2008 e já está preso desde 24/01/2020 sem a expedição de guia de execução definitiva, ou na pior das hipóteses que seja mantida a progressão ao regime semiaberto concedida em 17/08/2006.**

À fl. 79, assim despachei:

Antes de tomar qualquer decisão neste *writ*, solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de Direito da 5ª Vara Criminal da comarca de São Bernardo do Campo/SP, no prazo de **72 horas**, sobre os fatos alegados na inicial, notadamente acerca da expedição da guia de execução definitiva em favor do apenado Everaldo Cândido de Oliveira, juntando-se documentos pertinentes.

# Superior Tribunal de Justiça

A solicitação deverá ser acompanhada da petição inicial de **fls. 3/9**.  
Após, devolvam-se os autos para apreciação do pleito liminar.

Em 10/3/2020, o Juízo de Direito da 5ª Vara Criminal da comarca de São Bernardo do Campo/SP prestou estas informações (fls. 88/90):

**Everaldo Cândido de Oliveira** foi denunciado e, depois de regularmente processado, foi condenado ao cumprimento da pena de onze (11) anos de reclusão, regime inicial fechado, e pagamento de 60 (sessenta) dias-multa com valor unitário mínimo, por incurso no artigo 288, parágrafo único, do Código Penal, no artigo 12, "caput", da Lei 6368/76, bem como no artigo 16, da Lei nº 10.826/2003, todos em concurso material, nos termos do artigo 69, do Código Penal, por sentença de 23 de julho de 2013.

A mesma sentença negou o direito de recorrer em liberdade. Foi expedido mandado de prisão.

A defesa de Everaldo ingressou com recurso de apelação; em 20 de março de 2014, foi deixado de receber o apelo porquanto, negado o direito de recorrer em liberdade, o mandado de prisão pendia de cumprimento.

Em 04 de junho de 2014, foi mantido o não recebimento da apelação.

Porém, no dia 04 de dezembro de 2015, este Juízo, revendo o posicionamento anterior, recebeu o recurso de apelação interposto, determinando seu regular processamento.

Em 18 de agosto de 2016, foi prolatado o V. Acórdão de fls. 409/426, que deu parcial provimento ao recurso interposto, para, de ofício, declarar extinta a punibilidade do ora paciente com relação aos crimes de posse ilegal de munição e tráfico de drogas, com fundamento nos arts. 109, IV, c.c. o art. 119 e 107, VI, todos do Código Penal, mantida, no mais, a r. Sentença. Determinou-se, outrossim, a expedição de mandado de prisão.

O paciente interpôs embargos de declaração, que foram rejeitados por V. Acórdão prolatado em 10 de novembro de 2016 (fls. 440/447). Na ocasião, constou expressamente do julgado que a determinação de início imediato cumprimento da pena não constitui ofensa ao princípio constitucional da presunção de inocência.

Por decisão datada de 30 de março de 2017, não se admitiu o recurso especial interposto pelo paciente (fls. 486/488). O paciente interpôs agravo contra esta decisão, que não foi conhecido (fls. 545). Foi, outrossim, negado provimento ao agravo regimental interposto (fls. 553/557).

Em 07 de fevereiro de 2018, diante do trânsito em julgado da condenação, foi determinado que se aguardasse o cumprimento do mandado de prisão expedido, para posterior expedição de guia de recolhimento definitiva (fls. 563/564).

Os presentes autos foram encaminhados ao E. Tribunal de Justiça para instrução da Revisão Criminal ajuizada pelo paciente (Processo nº 0017701-13.2019.8.26.0000). Naqueles autos foi indeferida a liminar pretendida pelo ora paciente, para suspensão do mandado de prisão expedido (fls. 593/594).

**Em 27 de fevereiro de 2020, foi solicitada, com urgência, a devolução dos autos ao E. Tribunal de Justiça, ante a notícia de captura do paciente,** para posterior expedição de guia de recolhimento definitiva (fls. 607).

**Na data de hoje (10/03/2020), os autos aportaram neste Juízo e foi expedida a guia de recolhimento definitiva.**

Os autos encontram-se aguardando o encaminhamento da guia e cumprimento das demais determinações acerca da multa imposta, para posterior remessa dos autos à Superior Instância para julgamento da Revisão Criminal.

# Superior Tribunal de Justiça

[...]

É o relatório.

A liminar merece ser deferida, contudo, não na proporção aqui pretendida. Explico.

Ao que se tem dos autos, o paciente encontrava-se suportando constrangimento ilegal em razão da impossibilidade de formular/requerer possíveis benefícios executacionais, persistindo numa situação mais grave, dada a não expedição da guia de recolhimento de execução definitiva, até o presente momento.

Ocorre, contudo, que, segundo as informações prestadas pelo Magistrado singular, na data de hoje (10/03/2020), os autos aportaram neste Juízo e foi expedida a guia de recolhimento definitiva (fl. 90).

Sob este cenário, **defiro** a liminar para determinar ao Juízo da Vara de Execuções Criminais competente que, a partir do (s) pedido (s) formulado (s) pelo ora paciente, no prazo de **10 dias**, **analise e decida sobre a possibilidade de eventuais concessões de benefícios ao ora paciente**, devendo encaminhar cópia da (s) respectiva (s) decisão (ões) a este Tribunal Superior.

Solicitem-se informações à autoridade tida coatora, no prazo de 20 dias, e, com essas, abra-se vista ao Ministério Público Federal.

Comunique-se com urgência.

Após, devolvam-se os autos.

Publique-se.

Por meio da petição protocolizada sob o n. 00156221/2020, o ora requerente requer a reconsideração do *decisum*, a fim de que seja *expedido alvará de soltura em favor de EVERALDO CÂNDIDO DE OLIVEIRA, ou em caso de impossibilidade, que aguarde em prisão albergue domiciliar, com o uso de tornozeleira eletrônica* (fl. 115), argumentando, para tanto, o seguinte (fl. 115):

[...]

2) Contudo, em que pese tenha constado na informação prestada pela autoridade coatora que a guia de recolhimento definitiva foi expedida em 10/03/2020, até o momento a presente guia não foi cadastrada e enviada a vara de execuções criminais competente, conforme informação obtida na data de hoje.

Às fls. 118/119, proferi o seguinte despacho:

Antes de tomar qualquer decisão sobre o pedido de reconsideração formulado, considerando-se o teor contido na petição supramencionada, solicitem-se informações complementares ao Juízo de Direito de Direito da 5ª Vara Criminal da comarca de São Bernardo do Campo/SP, **por telefone e malote digital**, no prazo de **72 horas**, sobre o **cadastro e envio da Guia de Recolhimento Definitivo** em prol do apenado **Everaldo Cândido de Oliveira**, juntando-se documentos pertinentes.

Após, devolvam-se os autos.

Em 20/3/2020, o Juízo de Direito da 5ª Vara Criminal da comarca de São Bernardo do Campo/SP noticiou o seguinte (fls. 126/127):

**Everaldo Cândido de Oliveira** foi denunciado e, depois de regularmente processado, foi condenado ao cumprimento da pena de onze (11) anos de reclusão, regime inicial fechado, e pagamento de 60 (sessenta) dias-multa com valor unitário mínimo, por incurso no artigo 288, parágrafo único, do Código Penal, no artigo 12, "caput", da Lei 6368/76, bem como no artigo 16, da Lei nº 10.826/2003, todos em concurso material, nos termos do artigo 69, do Código Penal, por sentença de 23 de julho de 2013.

A mesma sentença negou o direito de recorrer em liberdade. Foi expedido mandado de prisão.

A defesa de Everaldo ingressou com recurso de apelação; em 20 de março de 2014, foi deixado de receber o apelo porquanto, negado o direito de recorrer em liberdade, o mandado de prisão pendia de cumprimento.

Em 04 de junho de 2014, foi mantido o não recebimento da apelação.

Porém, no dia 04 de dezembro de 2015, este Juízo, revendo o posicionamento anterior, recebeu o recurso de apelação interposto, determinando seu regular processamento.

Em 18 de agosto de 2016, foi prolatado o V. Acórdão de fls. 409/426, que deu parcial provimento ao recurso interposto, para, de ofício, declarar extinta a punibilidade do ora paciente com relação aos crimes de posse ilegal de munição e tráfico de drogas, com fundamento nos arts. 109, IV, c.c. o art. 119 e 107, VI, todos do Código Penal, mantida, no mais, a r. Sentença. Determinou-se, outrossim, a expedição de mandado de prisão.

O paciente interpôs embargos de declaração, que foram rejeitados por V. Acórdão prolatado EM 10 DE NOVEMBRO DE 2016 (FLS. 440/447). Na ocasião, constou expressamente do julgado que a determinação de início imediato do cumprimento da pena não constitui ofensa ao princípio constitucional da presunção de inocência.

Por decisão datada de 30 de março de 2017, não se admitiu o recurso especial interposto pelo paciente (fls. 486/488). O paciente interpôs agravo contra esta decisão, que não foi conhecido (fls. 545). Foi, outrossim, negado provimento ao agravo regimental interposto (fls. 553/557).

Em 07 de fevereiro de 2018, diante do trânsito em julgado da condenação, foi determinado que aguardasse o cumprimento d mandado de prisão expedido, para posterior expedição de guia de recolhimento definitiva (fls. 563/564).

Os presentes autos foram encaminhados ao E. Tribunal de Justiça para instrução da Revisão Criminal ajuizada pelo paciente (Processo nº 0017701-13.2019.8.26.0000). Naqueles autos foi indeferida a liminar pretendida pelo ora paciente, para suspensão do mandado de prisão expedido (fls. 593/594).

**Em 27 de fevereiro de 2020, foi solicitada, com urgência, a devolução dos autos ao E. Tribunal de Justiça, ante a notícia de captura do paciente,** para posterior expedição de guia de recolhimento definitiva (fls. 607).

**Na data de 10 de março de 2020, os autos aportaram neste Juízo e foi expedida a guia de recolhimento definitiva, a qual foi encaminhada ao DEECRIM Sorocaba (10ª RAJ) em 19.03.2020.**

**O processo de execução foi cadastrado na mesma data sob nº 0001782-36.2020.8.26.0521.**

[...]

É o relatório.

Com o presente pedido de reconsideração, não visualizo motivo apto a justificar a alteração do posicionamento adotado.

# Superior Tribunal de Justiça

Isso porque, tomando por conta as informações prestadas pelo Magistrado singular no sentido de que na data de 10 de março de 2020, os autos aportaram neste Juízo e foi expedida a guia de recolhimento definitiva, a qual foi encaminhada ao DEECRIM Sorocaba (10ª RAJ) em 19.03.2020; o processo de execução foi cadastrado na mesma data sob n. 0001782-36.2020.8.26.0521 (fl. 127), o exame da matéria **foi a contento**, merecendo, portanto, **ser mantido por seus próprios e jurídicos fundamentos**.

**Indefiro**, pois, o pleito reconsideratório.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator